

RECENSÕES

HISTÓRIA Religiosa de Portugal. Dir. de Carlos Moreira Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da Cristandade*. Coord. de Ana Maria C. M. Jorge; Ana Maria S. A. Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. XXVII, 544 p.

Insisto em sublinhar a importância de iniciativas destas ¹. Pessoalmente, há muito que sinto, e tenho vindo a senti-lo com uma intensidade e uma impaciência crescentes, que a vida científica portuguesa – no campo que conheço melhor, o da História – é profundamente anémica (para não dizer inexistente). Não temos hábitos sistemáticos de discussão colectiva, de crítica mútua entre colegas, raramente trabalhamos em grupo. Se alguém, num colóquio ou numa realização pública, pretende fazer uma observação crítica ou discordar de algo que acabou de ouvir, tem de fazê-lo com extremas cautelas, andar às voltas, começar por enunciar rasgados elogios para no fim, quase como quem pede desculpa, levantar, a medo, uma dúvida. Se optamos pelo caminho mais directo e formulamos sem mais essa crítica ou essa discordância, arriscamo-nos a um incidente desagradável e a arranjarmos um inimigo. Muitas vezes me surpreendo a ler actas de colóquios no estrangeiro ou a assistir a eles (sobretudo no mundo anglo-saxónico); perante a vivacidade das trocas de opiniões, imagino ódios e rancores antigos, para depois perceber, surpreendido, que se trata apenas de colegas e amigos a discutir com seriedade o seu trabalho.

Um dos sintomas dessa anemia ou desse clima de marasmo e indiferença é o nosso pouco ou nenhum apreço (para não dizer a nossa alergia) às recensões críticas. Aquilo que devia ser uma disciplina, uma obrigação sistemática e respeitando calendários apertados – ler e fazer uma apreciação crítica dos livros portugueses que acabam de sair – é totalmente descurado ou até cuidadosamente evitado: não faz *curriculum*, dá trabalho e, com muita probabilidade, trará complicações e melindres. Quando muito fazemos notas de leitura: resumos assépticos do conteúdo a que qualquer leitor teria acesso lendo o índice. Uma vez mais, antes de criticar o meu meio, critico-me a mim. Veja-se este dado espantoso: o 1º volume desta *História Religiosa de Portugal* estava pronto em Maio de 2000. É uma obra de enorme fôlego: 7 volumes, cerca de 4000 páginas, muitos autores envolvidos (muitos de gerações mais jovens; isso vê-se claramente no 1º volume), numa área extremamente

¹ Texto da intervenção na sessão pública de apresentação do terceiro volume da História Religiosa de Portugal realizada na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, em 26 de Novembro de 2002.

sensível e que não conhecera nada parecido desde Fortunato de Almeida, nos anos 20 do século passado. Seria natural, desejável, mesmo inevitável, que à medida que fossem aparecendo ao público se multiplicassem as notas de leitura, as resensões críticas, até iniciativas mais ou menos informais de debate, como esta (e não só em Portugal). Tanto quanto sei, o que aconteceu foi o contrário; conheço uma resensão crítica sobre o 1º volume, estou certo de que haverá algumas outras, mas nada do que seria *natural*. Este ‘deserto’ diz muito mal de nós – ‘nós’ comunidade científica de historiadores; não lemos?, não entendemos que é importante?, Não temos críticas?, sugestões?, não nos sugere outros trabalhos? Não temos pequeninas notas de pé-de-página para aperfeiçoar, sobre esta data, aquele bispo, estoura judiaria? Para os editores, coordenadores e autores do projecto torna-se muitíssimo frustrante.

E encerro esta introdução lembrando – porque me parece da mais elementar justiça – que o “Círculo de Leitores”, com os 8 volumes da sua *História de Portugal*, mais o volume de António Reis, o da *História da Historiografia*, o da *História das Inquisições*, o do *Municipalismo*, os cinco volumes da *História da Expansão*, os três volumes da *História da Arte*, estes 7 volumes da *História Religiosa de Portugal* e do *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, mais os 5 volumes da *Nova História Militar de Portugal*, para além de outros projectos de grande fôlego que estão a ser preparados (estamos a falar de 30 volumes de grande formato e qualidade gráfica com cerca de 600 páginas cada) transformou-se numa (na?) editora de referência da historiografia portuguesa. Oxalá os historiadores continuem a estar à altura dos desafios e em comunicação com o público.

Entendo que, nesta sede, podemos reabrir uma questão que, certamente, os promotores e autores da obra colocaram a si próprios: em 1994, aquando das primeiras reuniões exploratórias, era chegada a altura de avançar para um projecto desta envergadura nesta área precisa do conhecimento? Parece uma questão sem sentido, mas creio que vale a pena colocá-la; porque, para o caso da Idade Média, se há assuntos, espaços e cronologias em que se avançou muito desde Fortunato de Almeida (desde logo o património eclesiástico, o conhecimento de alguns mosteiros e conventos, de duas dioceses), há muitos outros que não dispõem de um número suficiente de estudos monográficos que convidem a dar o salto para a síntese seguinte. Interrogo-me se não seria antes o momento de fazer algo assim como uma edição crítica de Fortunato de Almeida (como a de Herculano ou do Abade de Baçal), ou de uma continuação do Dicionário de Banha de Andrade. A situação no campo da História de Portugal era totalmente diversa. Julgo que levantar a questão e pensá-la em voz alta é pelo menos pertinente.

A observação inicial é para a “Introdução Geral” de Carlos Moreira de Azevedo. A primeira parte, mais teórica e problematizante, pareceu-me profunda, bem fundamentada, estimulante, mas confesso que, em certas passagens, não consegui acompanhar o pensamento do autor, que foi, para mim, algo hermético (quando a vocação destas obras do “Círculo de Leitores” é manifestamente outra ²).

Tive de ler alguns parágrafos várias vezes, e não estou certo de os ter compreendido. Trata-se, como está bom de ver, de uma crítica mais arriscada para quem a faz do que para

² Mas isso, como na “História de Portugal” e em outros títulos, reflecte também a dificuldade de muitos historiadores em escreverem num registo simples e acessível a públicos mais alargados.

quem é objecto dela. A segunda parte da “Introdução”, de revisão historiográfica, é de grande utilidade. Uma nota: não sei se acompanho o optimismo de Carlos Azevedo, quando considera afastadas duas atitudes perniciosas: o anticlericalismo primário e o ateísmo agressivo, por um lado, e o clericalismo ou o confessionalismo algo primários, também, por outro. Eu encontro-me com eles todos os dias, nos trabalhos que leio e nas instituições que frequento. Se se quiser dizer que eles ocupavam todo o campo historiográfico, inviabilizando discussões e reflexões mais exigentes e livres, e que agora há mais liberdade e espaço para outras procuras, concedo.

Julgo, por outro lado, que o meio científico português, apesar dos seus muitos atrasos, começa a ter a maturidade suficiente para ultrapassar as velhas dicotomias e os monopólios de investigação, segundo os quais aos padres a História da Igreja, aos juristas a História do Direito e aos militares a História Militar. Hoje consideramos estes problemas de um modo bem mais tranquilo e distanciado (ainda que não totalmente pacífico). Embora algo datada, há uma interrogação que me continua a seduzir: como se coloca um cristão (pois é neste universo que nos movemos) – mais ou menos praticante – ao investigar a história do seu mundo? A sua dimensão religiosa é indiferente ao caso? Constitui uma mais valia? É fonte de preconceitos e de limitações de objectividade? A resposta deve incorporar um pouco das três possibilidades?

Não para esta mesa-redonda, mas para muitas outras, podia ficar a reflexão sobre algumas das ideias finais de Carlos Azevedo: diz-nos (p. XXVI) que “já não se trata de impor qualquer perspectiva. Tal método – acrescenta – na aparente eficácia, diminuiu a força da mensagem e distanciou-se da fonte original [o que é a fonte original?]”. Mas depois desta constatação, que me parecia positiva – era? – o autor acrescenta: “Agora também é impossível propor um único quadro de valores – isso era melhor? – e cria-se uma orientação para baixar o nível da “ética mínima”, avaliada por cada um, a igualar as posições numa indiferença céptica diante de qualquer proposta de sentido. Esta cultura da indiferença torna-se clima geral no anonimato do processo produtivo, da perda de qualidade da vida interpessoal, na perda de significado das relações intrafamiliares, na massificação do uso do tempo livre.” Fazem-se aqui algumas considerações verdadeiramente explosivas, susceptíveis de aprofundamento e de discussão, cada uma delas, que nos dividem (e a cada um de nós); confesso não estar certo da sua relevância a fechar esta “Introdução Geral”.

Será igualmente discutível o propósito de contribuir com este trabalho para uma “pedagogia tolerante” (já não me parece discutível a constatação de Carlos Azevedo, segundo a qual “escrever uma História é operar uma intervenção social e cultural”), bem como o de abrir “uma leitura permanente da memória, amalgamada com a busca de novo compromisso, na presença do mistério.” Aqui parece-me haver uma postura religiosa claramente assumida, que ninguém pode pôr em causa. Mas gostaria de saber se todos os autores comungam desta perspectiva.

Segunda ideia, para discutir: o objectivo declarado era fazer não uma *história da Igreja* mas antes uma *história religiosa*. Até que ponto isso foi conseguido? Vários capítulos trabalharam nesse sentido (algumas das alíneas dos três primeiros capítulos, claramente o último, “A religião no século”, de Maria de Lurdes Rosa). Seria interessante debatermos, sobretudo com o contributo dos autores, como é que foi encarada esta perspectiva diferente, se o objectivo foi totalmente conseguido, que tipo de dificuldades encontramos quando queremos conhecer a *vida religiosa* medievá, fazer a história do *sentimento religioso*.

É extraordinariamente difícil (eu diria quase impossível para a Alta Idade Média e mesmo assim complicado para a Idade Média Tardia), passar do estudo do “institucional” e das “práticas externas” para os “aspectos internos”, “a experiência religiosa e a dimensão pessoal da religião” (conceitos de Carlos Azevedo)

Por outro lado, interrogo-me se o volume tem judaísmo e islamismo suficientes para contemplar com justiça as três grandes religiões monoteístas do espaço português medieval. E, a esse propósito, passando de imediato ao respectivo capítulo, através de uma sugestão de Carlos Azevedo na “Introdução Geral” (“A convivência pacífica entre três etnias, três fés e três culturas, muçulmanos, judeus e cristãos, que conformam um tipo de sociedade plural, expressa-se em arte, vida, pensar, linguagem e crenças que se entrecruzam e produzem um maravilhoso mosaico.”, p. XXI). Essa ideia sintetiza o espírito geral dos capítulos. Recentemente alguns medievalistas espanhóis têm colocado em causa, a meu ver com pertinência, tal imagem. A convivência é forçada, a tolerância aparente ou igualmente forçada: a regra é a intolerância, a violência simbólica ou física, a vontade nunca esquecida de submeter o outro, de o converter à força ou de o escravizar ou expulsar (ou matar) – “difícil diálogo”, lhe chama Maria José Ferro; difícil ou impossível? É um problema que me interessa muitíssimo e que gostaria de discutir com maior profundidade (não necessariamente hoje e aqui).

Ainda no campo da apreciação genérica, creio que se avançou bastante, mas se pode avançar sempre, e bastante mais, no campo da informação positiva pura e dos dados factológicos: nomes, datas, sítios, carreiras, livros – continuamos atrasadíssimos. É surpreendente não termos ainda, por exemplo, listas seguras de bispos com as respectivas datas; ou o mesmo para os mestres das ordens religiosas, ou para os abades das principais instituições monásticas ou conventuais. Neste aspecto, todos esperamos muito do projecto dos *Fasti* da Igreja portuguesa. A debilidade da nossa história positivista, por um lado, e da nossa história da administração, apesar de Gama Barros, por outro, cobra o seu preço em todos os campos (e também aqui; por exemplo, estamos muito pouco informados sobre as justiças eclesiásticas e as respectivas relações com as justiças senhoriais laicas ou régias).

Por outro lado, creio que estamos pouco habituados – em todos os domínios da investigação medieval – a utilizar a iconografia. Este volume está magnificamente ilustrado (na qualidade das gravuras e na pertinência da escolha – embora sem legendas além da identificação, o que me parece uma opção empobrecedora do “Círculo de Leitores”). Mas falta-nos, a quase todos, a sensibilidade, o treino e a preparação científica para explorar com inteligência e cuidados científicos esse manancial, para o qual chamou recentemente a atenção Peter Burke (além da excelente conferência de Jean-Claude Schmitt sobre a *imagem* proferida em Lisboa, na F.C.S.H. da U.N.).

Há ainda a considerar quatro níveis de coordenação: dos três volumes da *História Religiosa* entre si (e aqui há, de muito positivo, a liberdade que o coordenador geral deu a cada um dos coordenadores de volume, com o preço, não excessivamente grave, de contrastes entre o esquema de um volume e o de outro), a coordenação interna de cada volume (e a do volume de Idade Média parece-me em termos gerais conseguida), a coordenação interna do *Dicionário* e a coordenação do *Dicionário* com a *História*. Em relação a estas duas, os resultados nem sempre me parecem tão bons; já porque os autores das entradas não tinham uma informação precisa da existência de entradas afins (exemplo: património e rendas), já porque o ‘entrosamento’ entre matérias do *Dicionário* e as mesmas da *História* nem sempre seja correcto. No volume da *História Religiosa* que me coube apreciar mais em detalhe, há remissões claras e dívidas (boas dívidas) entre as duas obras.

Descendo a um nível mais concreto, não me vou ‘meter’, por manifesta falta de envergadura científica, com as páginas escritas por Ana Maria Jorge; limito-me a saudar a chegada a uma obra com alguma vocação de divulgação de temas e nomes da história religiosa do Baixo Império e da Alta Idade Média. O que escreve sobre o *Parochial Suevorum*, por exemplo, é confirmado pela investigação mais recente em Espanha, bem como pela nossa arqueologia (por exemplo, em Tongobriga); poderemos apenas acentuar a forte ligação entre este documento (uma proposta de divisão diocesana e paroquial) e a construção do reino suevo (aliás efêmero).

As páginas sobre o judaísmo e o cristianismo têm a solidez de muitos anos de estudo por trás; o mesmo se passa com as do islamismo. Pessoalmente é um domínio em que espero ver muito mais investigação nos próximos anos, desde logo correspondendo ao difícil relacionamento entre mundos e religiões contemporâneos. Fiquei com vontade de saber mais sobre essa religião sincrética, meio islamismo, meio cristianismo, de que nos fala Joaquim Chorão Lavajo a propósito dos mouros convertidos à força.

As páginas (52) sobre o espaço eclesiástico português eram obrigatórias e muito difíceis; exigiam uma acumulação enorme de topónimos, de informações factuais. Ficarão como extremamente úteis, por um lado, mas são das que, se tudo correr como se espera, mais acrescentos, contributos e correções sofrerão no futuro.

Sobre ordens militares fez-se a síntese possível. Penso que continuamos a saber muito pouco, sobretudo no que toca aos primeiros séculos e, no que nos interessa aqui, sobre a dimensão propriamente religiosa e de espiritualidade destas ordens. Julgo que se ganhará em aproveitar a investigação espanhola, nomeadamente a do grande especialista do tema, Carlos Ayala. Um pormenor: o Infante D. Henrique aparece como governador e não como Mestre de Cristo. E a apropriação das ordens por parte da Coroa pode ser mais desenvolvida e discutida. Assim como creio que se pode ir mais longe no pensar das ordens pós-Reconquista, em primeiro lugar, e pós-Ceuta e Expansão, depois. É que, depois da Reconquista, por exemplo, continuam a ser dados títulos e comendas por motivos militares (a guerra em Marrocos). Permitam-me uma nota: creio que nunca se deve usar a palavra *infidel* a não ser entre aspas, como citação documental.

O clero catedralício está decididamente em alta: Hermínia Vilar aproveitou com sabedoria a investigação que se fez, se faz e que, certamente, irá continuar. O conhecimento dos cabidos urbanos é de grande importância para quase tudo: para a história religiosa, antes de mais, mas também para conhecer o político, o social, o económico, até o artístico e o arquitectónico. É campo onde se avança muito e mais se avançará nos próximos tempos. Em flagrante contraste com o clero paroquial, sobre o qual continuamos praticamente às escuras.

O mesmo afirmo, quase *ipsis verbis*, para o capítulo sobre patrimónios e rendimentos eclesiásticos, de Ana Maria Rodrigues, que valoriza o elevado número de monografias de que já dispomos (com contributos pessoais desta autora, aliás), e que deve ser lido em interpenetração com os correspondentes artigos (*património* e *rendas* de Rosa Marreiros e de Maria Helena da Cruz Coelho, no *Dicionário de História Religiosa*).

O tema seguinte, *Monarquia e Igreja: convergências e oposições*, tem tanto de clássico como de espinhoso. Há bastante bibliografia (saliento a dissertação de doutoramento de Margarida Garcez Ventura ou, a outros níveis, as de Teresa Veloso e de Maria João Violante Branco), mas quem quiser deitar uma mão terá, durante muitos anos, matéria para tratar, até pela grande quantidade e complexidade de conhecimentos que exige, sobretudo nos campos da teoria política e da teologia medievais. Ainda recentemente, ao

reler os documentos sobre estes acordos e desacordos do reinado de D. Dinis, me senti impressionado sobre a altíssima preparação dos negociadores de um e do outro lado, e sobre a complexidade e a magnitude dos problemas em debate.

Uma palavra final para os dois últimos capítulos (*A religião dos clérigos*, de Saul António Gomes, e *A Religião no Século*, de Lurdes Rosa): em ambos se tira o maior partido da experiência e do trabalho anterior e em curso destes dois investigadores nos respectivos temas; são muitíssimas as novidades, quer nas perspectivas, quer nas informações concretas. E pessoalmente são temas que me interessam em particular e aos quais estou especialmente receptivo. Claro que todos gostaríamos de saber mais sobre as escolas catedrais e conventuais na sua relação com o século. E creio que continua a faltar um balanço ‘europeu’ da universidade portuguesa. Intrigantes, a este respeito, as escassas linhas que é possível escrever sobre esse projecto de universidade do Infante D. Pedro para Coimbra. E estimulantes as interpretações de Lurdes Rosa acerca da instituição de estabelecimentos de caridade por parte dos leigos.

Creio que, com estes dois capítulos, o volume acaba de forma magnífica. Muito trabalho, muita novidade, muitas sugestões e pistas, muitos riscos assumidos (e, felizmente, a inevitável dose de lapsos, de lacunas e de aspectos a melhorar).

Luís Miguel Duarte

(Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

HISTÓRIA Religiosa de Portugal. Dir. de Carlos Moreira Azevedo. Vol. 2: *Humanismos e reformas*. Coord. de João Francisco Marques; António Camões Gouveia. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. 700 p.

Não é fácil resumir, em poucas palavras, a importância da obra *Humanismos e Reformas*. Coordenado por João Francisco Marques e por António Camões Gouveia, este livro incide sobre a religião e a sua dinâmica durante o longo período compreendido entre o século de Quinhentos e o primeiro quartel do século XIX. Apresentando uma panorâmica abrangente sobre este tema, pode dizer-se que o presente volume representa o ponto de chegada de uma série de linhas de investigação que têm vindo a ser desenvolvidas nas últimas duas décadas, tanto em Portugal como no estrangeiro. Refira-se, antes de mais, todo o trabalho de pesquisa promovido pela Universidade Católica Portuguesa, designadamente no quadro das actividades do Centro de Estudos de História Religiosa. Cumpre mencionar, também, as aturadas investigações sobre a literatura e a espiritualidade ibéricas conduzidas por José Adriano de Carvalho na Universidade do Porto – para além de uma vasta obra, dessa sua actividade resultou um grupo de investigadores de altíssima qualidade. Recorde-se, igualmente, os trabalhos da saudosa Margarida Vieira Mendes e os do próprio João Francisco Marques sobre a oratória sacra quinhentista e seiscentista.

Prévias a este volume são também uma série de investigações dedicadas aos mais diversos aspectos da dinâmica religiosa da época moderna: os estudos sobre a organização diocesana e sobre o impacto do concílio de Trento no Ocidente Europeu – para o contexto ibérico destaque-se os recentes contributos de José Pedro Paiva e de Ignasi Fernández Terricabras; os trabalhos sobre a Santa Sé e sobre o seu dispositivo normativo